Presidente da APAM e do CMDPD apresenta demandas de melhorias na assistência de pessoas com deficiência

21 de setembro de 2021

Data	Fonte	Crédito da Imagem
21 de setembro de 2021	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	

A presidente da APAM (Associação de Pais Associação de Pais de Autistas de Marialva) e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoas com Deficiência (CMDPD), Lucia Candido de Oliveira esteve em reunião com os vereadores da Câmara Municipal de Marialva na tarde da última quinta-feira (16).

Na ocasião, Oliveira convidou os vereadores para participarem da Conferência Municipal do Direitos da Pessoa com Deficiência que será realizado no dia 7 de outubro no Teatro Sônia Maria Silvestre.

A presidente também aproveitou a oportunidade para solicitar aos vereadores o cumprimento da Lei Municipal nº 2.237/2018, que estabeleceu a prioridade do atendimento de pessoas com deficiência mobilidade reduzida, idosos, gestantes, lactantes, acompanhadas de crianças de colo e obesas, bem como a sinalização e identificação deste público em placas no comércio local e instituições. “O autismo também é considerado uma deficiência, mas poucas pessoas sabem disso. É importante que o símbolo do laço com quebra-cabeças colorido esteja identificado nas placas, para que se assegure o direito do atendimento prioritário também para essas pessoas”, ressaltou.

Oliveira solicitou ainda celeridade da Prefeitura na implantação de placas de sinalização de trânsito que identifique as vagas de estacionamento destinadas à portadores de deficiência. “A Prefeitura realizou a demarcação das vagas com pinturas na rua. Porém, a tinta se deteriora com facilidade. Por isso, a necessidade da inclusão da placa, somada a orientação de fiscais de trânsito são essenciais”, disse.

Na ocasião também foi discutida a importância da terapia ocupacional para autistas e a necessidade de contratação de outros profissionais na área de psicologia. “Em muito já avançamos. Mas precisamos da ajuda de vocês para conseguirmos mais. Não é favor, é direito. Infelizmente, apenas quando temos alguém próximo ou na família nesta situação que percebemos o quanto o poder público é falho, o quanto essas pessoas são desassistidas”, comentou.

Os vereadores se comprometeram a encaminhar as demandas por meio de proposições ao Executivo.